

# A CRISE DE SUEZ:

uma sobreposição de três conflitos (1952-1956)

**LUIZ SALGADO NETO\***

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a Crise de Suez, que culminou com a guerra travada por Israel, França e Grã-Bretanha contra o Egito, em 1956, como um episódio em que três conflitos estavam sobrepostos: o árabe-israelense, o decorrente do processo de descolonização e a Guerra Fria. A análise se fundamenta na percepção de que somente inserindo o episódio nesses três níveis de conflito poderemos produzir um melhor entendimento sobre ele – suas causas imediatas, as alianças construídas e o seu desfecho. Busca-se observar que a Crise de Suez absorveu questões distintas e interligou conflitos que se influenciaram mutuamente. Podemos também observar nesse episódio a diferença entre conflito político e guerra, pois a crise já possuía contornos bem delineados antes mesmo da nacionalização da Companhia do Canal de Suez pelo governo egípcio, em julho de 1956.

**Palavras-chave:** Crise de Suez - Egito - Israel

## ABSTRACT

The goal of this paper is to present the Suez Crisis, whose outcome was the war waged by Israel, France and Britain against Egypt in 1956, as an episode in which three conflicts were overlapped: the Arab-Israeli, the resulting from the process of decolonization and the Cold War. The analysis is based on the perception that to better understand the Suez Crisis – the immediate causes, alliances built and its outcome –, one must insert the episode in the three levels of conflict. The aim is to understand that the Suez Crisis has absorbed distinct issues and has linked conflicts that influenced each other. We can also see in this episode the difference between political conflict and war, because the crisis has already had well defined contours even before the nationalization of the Suez Canal Company by the Egyptian government in July 1956.

**Keywords:** Suez Crisis - Egypt - Israel

\* Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2010); Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. [salgado\\_net@yahoo.com.br](mailto:salgado_net@yahoo.com.br).

**F**m outubro de 1956, uma coalizão formada por Grã-Bretanha, França e Israel desfechou um ataque militar contra o Egito. A chamada Guerra de Suez se constituiu como um confronto emblemático da instabilidade característica do ordenamento internacional do período. Nesse conflito, atores regionais – Egito e Israel –, potências coloniais – França e Grã-Bretanha – e as duas superpotências mundiais – Estados Unidos e União Soviética – atuaram todos em um mesmo cenário, manifestando nitidamente as implicações globais do conflito árabe-israelense.

Em geral, argumenta-se que a crise se iniciou quando o líder egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizou a companhia que administrava o Canal de Suez, importante via marítima ligando o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico, por onde era transportada a maior parte do petróleo produzido no arco Oriente Médio/Golfo Pérsico e consumido na Europa. Até hoje, a importância dessa via marítima é enorme. O transporte de petróleo e de mercadorias pelo Canal de Suez evita que embarcações precisem contornar o continente africano na rota entre o Leste da Ásia e a Europa. No período pós-Segunda Guerra, essa passagem era altamente estratégica, devido às necessidades de reconstrução dos países europeus. Assim, diante dos potenciais efeitos econômicos para a já combalida Europa, em especial para Grã-Bretanha e França, a ação de Nasser foi vista como um ato de guerra, suficiente para que houvesse uma ação militar.

No entanto, o conflito entre os beligerantes possuía contornos bem definidos muito antes de Nasser nacionalizar a Companhia do Canal de Suez. A guerra foi o ápice de um gradativo processo de deterioração das relações entre Grã-Bretanha, França e Israel, de um lado, e Egito, de outro. Assim, antes de abordar a “Guerra de Suez”, temos de analisar a “Crise de Suez”, um período de hostilidades não armadas caracterizado pela tensão entre os atores diretamente envolvidos. Desse modo, devemos apreender como as relações entre os Estados se tornaram hostis e de que maneira as divergências de interesses se materializaram em uma operação militar.

Além disso, devemos perceber que a crise tocou em problemas geopolíticos mais amplos, inseridos na dinâmica da Guerra Fria, já que a Guerra de Suez foi articulada à disputa por áreas de influência entre Estados Unidos e União Soviética na região. Com efeito, as duas superpotências foram atores relevantes no cenário da crise, seja em seus antecedentes, seja em seu desfecho. A Crise de Suez fez a Guerra Fria irromper de forma definitiva no conflito do Oriente Médio e, o que é importante ressaltar, com todo o potencial nuclear envolvido.

Portanto, percebe-se que muitos aspectos se articularam na dinâmica que ocasionou a Crise de Suez. Assim, para que possamos compreender melhor o episódio, precisamos analisar como três conflitos se articularam durante a primeira metade da década de 1950: o conflito árabe-israelense, os conflitos em torno da descolonização na África e na Ásia e a Guerra Fria.

Porém, antes, precisamos analisar a conjuntura política egípcia entre 1952 e 1956 para compreender por que o Egito foi visto como um inimigo por Israel, Grã-Bretanha e França.

## **A conjuntura política do Egito entre 1952 e 1956**

Em 15 de maio de 1948, o líder sionista David Ben-Gurion declarou a fundação do Estado de Israel. Horas depois, cinco Estados árabes – Egito, Síria, Líbano, Iraque e Transjordânia – travaram sua primeira guerra contra o Estado judeu. Nos primeiros meses de 1949, ao observar o mapa da Palestina, as linhas de armistício demonstravam o tamanho da derrota

---

---

árabe. O Estado de Israel cobria agora três quartos do antigo Mandato Britânico da Palestina, o que excedia a área reservada aos judeus pelo plano de partilha das Nações Unidas<sup>1</sup>.

A vitória de Israel foi estrondosa. O exército de um único Estado, recém-proclamado, venceu as forças armadas de cinco Estados árabes. Ao lado de toda uma mitologia construída pelos israelenses em torno do episódio – a guerra é chamada em Israel de “Guerra de Independência” – emergiu o mito do “Davi contra Golias”, ou seja, a narrativa que diz que um pequeno e fraco Estado vencera um inimigo gigante e poderoso. Para além de seus efeitos políticos internos em Israel, tal discurso teve consequências mais significativas entre seus inimigos. Embora hoje já se saiba do poder bélico em posse das forças judaicas e da falta de coesão dos países árabes – cada qual lutando por seu próprio interesse –, ao fim da guerra o que restou no lado árabe foi um profundo sentimento de derrota e humilhação. E os efeitos políticos internos rapidamente se fizeram sentir.

Assim que os acordos de armistício entre os beligerantes foram assinados, nos primeiros meses de 1949, uma sucessão de golpes de Estado varreu os países árabes do Oriente Médio, a maioria dirigida por militares, descontentes e sentindo-se humilhados com a derrota para Israel. A deposição do governo parlamentar na Síria, ainda em 1949, foi o primeiro de uma série de 35 golpes que ocorreram em vinte anos<sup>2</sup>. O Egito, que havia sido um dos principais Estados árabes envolvidos, também foi agitado pela revolta militar.

No início da década de 1950, o governo do Egito entrou em franca decomposição. O descontentamento entre os militares era enorme. Além da oposição à postura do Rei Farouk quanto à Grã-Bretanha (o rei era considerado leniente quanto à presença britânica no país), a derrota para Israel deixara patente o despreparo e o mau estado dos equipamentos do exército. Um escândalo envolvendo a cúpula política, acusada de fornecer fuzis danificados aos soldados, precipitou a crise<sup>3</sup>. A situação política se deteriorou rapidamente: assassinatos de políticos, distúrbios populares, ações guerrilheiras contra alvos britânicos e motins variados eram frequentes nas grandes cidades do país.

Por fim, em 23 de julho de 1952, a monarquia egípcia foi derrubada e a república foi instaurada pelo movimento denominado “Organização dos Oficiais Livres”, um grupo de militares, a maioria de patentes médias, liderado pelo general Muhammad Naguid e pelo coronel Gamal Abdel Nasser. Segundo relatos posteriores de alguns líderes do movimento, os oficiais já estavam determinados a derrubar o rei durante os combates da guerra de 1948<sup>4</sup>.

Em pouco tempo, o coronel Nasser sobressaiu-se como o principal líder do movimento. Mais carismático e com uma retórica mais afiada que Naguid, Nasser viu sua popularidade crescer rapidamente. Em 1954 tornou-se Primeiro Ministro e, em 1956, chegou à Presidência do Egito, cargo que ocupou até a sua morte, em 1970.

O projeto político de Nasser era grandioso. Internamente, suas metas eram a modernização econômica, militar e educacional, além da diminuição das disparidades sociais. Quando

---

1 A Palestina era parte do Império Turco-Otomano até a Primeira Grande Guerra. Os britânicos ocuparam o território em 1917 e passaram a administrar a Palestina sob o sistema de Mandatos (conferido pela Liga das Nações) em 1923. Em 1947, não conseguindo lidar com a Questão da Palestina, a Grã-Bretanha entregou o caso para ser resolvido pela recém-fundada Organização das Nações Unidas (ONU). Em novembro de 1947, foi aprovada a Resolução 181 na Assembleia Geral, que recomendava a partilha do território da Palestina em um Estado judeu e um Estado árabe, com união econômica; e determinava que Jerusalém ficasse sob administração internacional. Em consequência da guerra de 1948-9, o esquema foi completamente abandonado.

2 MASSOULIÉ, François. Os conflitos do Oriente Médio. São Paulo: Ática, 1996, p. 71.

3 *Ibidem*, p. 70.

4 SCALERCIO, Márcio. Oriente Médio. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 109.

assumiu o comando do governo, Nasser buscou por todos os meios criar as condições econômicas e políticas para levar tal programa adiante.

Na política externa, Nasser tomou para si as tarefas nas quais, segundo os Oficiais Livres, o regime anterior havia falhado. Ele deu prosseguimento ao conflito contra Israel, perseguiu a total independência do Egito em relação à Grã-Bretanha e adotou como principal bandeira o pan-arabismo, buscando a liderança no mundo árabe contra Israel e contra as potências colonialistas. Além disso, procurando agir de forma independente, declarou neutralidade na bipolaridade da Guerra Fria. Assim, às vésperas da crise de Suez, o Egito adotava uma política externa militante, que transcendia o sistema de estados regional, passando pelas lutas anticoloniais, e chegando até o limite da política mundial: a luta entre Estados Unidos e União Soviética.

## O conflito árabe-israelense às vésperas de 1956

Tudo isso, certamente, alterou o equilíbrio de poder do Oriente Médio. Não estando ligado a compromissos do regime do Rei Farouk, Nasser se propôs a apresentar sua própria agenda para política externa. Após suprimir as oposições internas, inclusive muitos de seus aliados contra a monarquia, Nasser se apresentou como um líder secular, nacionalista, pan-arabista e anticolonialista, posturas que, evidentemente, afetariam Israel.

No entanto, a tomada do poder no Egito pelos Oficiais Livres foi vista inicialmente de forma positiva pelos líderes políticos israelenses, que pensavam que o novo governo seria mais propenso à paz do que um monarca que clamava vingança pela derrota na guerra de 1948<sup>5</sup>. Porém, gradualmente, esse clima inicial se deteriorou e Nasser foi percebido por Israel com extrema preocupação. Sua retórica pan-arabista ecoou entre os políticos israelenses como um tom agressivo, belicoso, já que, ao preconizar a união dos países árabes em torno de objetivos comuns, necessariamente a questão palestina seria uma das prioridades. Prontamente, a cúpula política israelense se pôs a refletir como poderia lidar com a nova conjuntura política no Egito.

Com efeito, assim que assumiu o comando formal do governo do Egito, em 1954, Nasser logo se apresentou como o líder que seria capaz de liderar os povos árabes contra seus inimigos. Adotando uma retórica anticolonial, buscou reunir sob sua liderança todos os Estados árabes para lutarem contra as antigas potências colonialistas e contra Israel, Estado considerado por muitos como um enclave imperialista no Oriente Médio.

No período entre 1948 e 1956 as relações entre Egito e Israel se mantiveram hostis. A mudança de regime em 1952 não provocou uma alteração substantiva nessa condição. Incidentes de fronteiras, em que refugiados palestinos se infiltravam em território israelense a partir da Faixa de Gaza, criavam furor em Israel, que se via na necessidade de agir em retaliação (os líderes israelenses acusavam Nasser de fomentar tais incursões). Paralelamente a isso, o Egito mantinha fechado o estreito de Tiran, bloqueando o acesso israelense ao golfo de Ácaba, o que impedia o trânsito de embarcações no porto de Eilat, ao sul de Israel.

No entanto, apesar da retórica e das medidas anti-israelenses, o governo dos Oficiais Livres não desejava uma guerra com Israel. O novo regime centrava todos os seus esforços em seu programa de modernização interna, o que tornava o confronto armado contra o Estado

---

5 SHLAIM, Avi. A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Fissus, 2004, p. 120.

---

---

Judeu um sorvedouro de recursos materiais e humanos. Conversações secretas durante o ano de 1953, entre Nasser e David Ben-Gurion, e nos próximos dois anos, entre Nasser e Moshe Sharett, demonstram que a guerra de 1956 não era um resultado lógico das divergências entre egípcios e israelenses. Dessa forma, apesar de todas as acusações sobre Nasser, grande parte do processo de deterioração das relações egípcio-israelenses tem de ser procurada no interior do governo de Israel na ocasião.

Em meados da década de 1950, o governo israelense estava extremamente dividido em duas tendências: uma tendência militarista e uma tendência moderada. À frente deste último grupo estava Moshe Sharett, um político que declarava abertamente sua convicção de que a segurança de Israel estava condicionada a negociações diretas com líderes dos Estados árabes vizinhos, principalmente com o Egito. Para os adeptos da linha moderada, uma paz com Nasser seria algo importantíssimo, pois o Egito poderia, com sua influência regional, contribuir para arrefecer os ânimos de outros governantes árabes e dos palestinos, tornando possíveis negociações de paz. Por outro lado, a tendência militarista agia no interior do governo israelense com bastante eficácia. Advogando uma solução armada para o conflito com os árabes, os defensores dessa linha eram uma frequente fonte de instabilidade política em Israel. Dentre os líderes dessa tendência estavam dois políticos muito conhecidos na História israelense: Moshe Dayan e Pinhas Lavon.

Em dezembro de 1953, Moshe Sharett assumiu o cargo de Primeiro Ministro, devido ao afastamento voluntário de Ben-Gurion, cujos últimos atos foram a nomeação de Dayan para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas e de Lavon para o Ministério da Defesa. A entrada de ambos no gabinete desestabilizou o governo de Sharett, que passou a ter a seu lado dois “falcões”, que pensavam que a única maneira de lidar com os árabes era por meio da ação militar<sup>6</sup>. Assim, havia no interior do governo uma divergência aberta: o Primeiro Ministro – e, portanto, chefe do governo – defendia a diplomacia, enquanto o chefe do Estado-Maior e o Ministro da Defesa defendiam a guerra.

E foi por conta das ações dos militaristas israelenses que a guerra com o Egito foi sendo construída. Dois eventos externos provocaram a percepção de líderes israelenses de que a sobrevivência do Estado de Israel estava em risco: a retirada das tropas britânicas da Zona do Canal de Suez, anunciada para ocorrer em 1954, e a possibilidade dos Estados Unidos fornecerem armamento para o Egito e para o Iraque, como parte da estratégia de conter a União Soviética no Oriente Médio.

Tal cenário era insuportável para os políticos israelenses: um Egito armado e não contido pela zona “tampão” do Canal de Suez poderia, sem grandes dificuldades, invadir o território de Israel pelo sul. Tanto os militaristas quanto os moderados no governo israelense ficaram preocupados. Porém, suas estratégias para lidar com a questão eram radicalmente diferentes.

Durante o ano de 1953, Sharett fez constantes viagens a Washington a fim de convencer o governo dos Estados Unidos a somente concluir acordos de tamanha importância com o Egito se ficasse garantida a segurança de Israel. Enquanto isso, Dayan e Lavon, em Israel, agiam a seu modo, pouco ou nada informando ao Primeiro Ministro<sup>7</sup>. O objetivo de ambos era responder com força militar qualquer ataque a Israel.

Um incidente demonstra claramente a postura dos militaristas: a operação contra a aldeia árabe de Qibya, na Cisjordânia (à época administrada pela Jordânia), quando em resposta a um ataque palestino contra dois israelenses, um destacamento do exército de Israel, comandado

---

6 SHLAIM, Avi. *op. cit.*, p. 144.

7 SHLAIM, Avi. *op. cit.*, p. 150.

por Ariel Sharon, atacou o vilarejo, matando 69 civis, três quartos dos quais mulheres e crianças<sup>8</sup>.

Dayan e Lavon também buscavam criar fatos políticos regionais. O evento mais emblemático e que causou repercussões mais duradouras foi o episódio conhecido como “Lavon Affair”. Em meados de 1954, na iminência da retirada das tropas britânicas da Zona do Canal e do acordo entre Estados Unidos e Egito, o Ministro da Defesa Pinhas Lavon colocou em prática a denominada Operação Susannah. Oficiais israelenses entraram em contato com jovens membros da comunidade judaica no Egito para que cumprissem missões secretas no país. Os jovens foram convocados para cometer uma série de atentados terroristas contra alvos britânicos e norte-americanos para que extremistas egípcios fossem acusados. Dayan e Lavon esperavam, com isso, que os Estados Unidos desistissem dos diálogos com o Egito e que a Grã-Bretanha permanecesse na Zona do Canal para manter a ordem. A “Unidade Secreta 131” entrou em ação em julho de 1954, atacando escritórios e negócios norte-americanos, além de cinemas e teatros frequentados por estrangeiros<sup>9</sup>.

Porém, a operação foi descoberta quando, em um ataque frustrado, um judeu foi preso e, sob custódia, delatou doze comparsas. A notícia se tornou um escândalo internacional, agravado pela constatação de que os tribunais israelenses não investigaram a fundo todo o episódio e judicialmente nada foi concluído. Lavon se demitiu do Ministério da Defesa e Sharett, desgastado pela crise e acusado de falta de comando, renunciou, passando o cargo de Primeiro Ministro a Ben-Gurion (Sharett passou a ocupar o Ministério das Relações Exteriores).

Com Ben-Gurion à frente do governo, outras operações militares contra os árabes se sucederam. Pelo menos dois ataques-surpresa israelenses contra a Faixa de Gaza deterioraram definitivamente as relações entre Egito e Israel. Essa tática israelense foi se consolidando à medida que Sharett perdia influência no governo e enquanto Dayan e um cada vez mais belicoso Ben-Gurion se fortaleciam. Esses dois últimos pensavam que antes de deixar Nasser se fortalecer, deveriam provocar os egípcios para uma guerra em que, segundo suas análises, a vitória de Israel seria certa. Esperavam, como resultado ideal, derrubar Nasser. Porém, Dayan e Ben-Gurion consideravam suficiente que o líder egípcio sáísse do confronto humilhado, o que o enfraqueceria e desencorajaria outros Estados árabes a entrarem em guerra contra Israel.

Dayan possuía uma extrema autoconfiança no poder de fogo israelense naquele momento, mas não estava tão certo quanto ao futuro, pois Nasser, que antes procurara auxílio norte-americano, passou a receber armas do bloco soviético a partir de 1955. Assim, a estratégia militar de Dayan era atacar o Egito para provocar uma reação armada de Nasser, com o objetivo de dar início à sua guerra preventiva<sup>10</sup>.

Por outro lado, Ben-Gurion via Nasser com extrema preocupação. O prestígio do “nasserismo” estava disseminado por todo o Oriente Médio, o que fez o Primeiro Ministro israelense centrar esforços em conter o líder egípcio antes que pudesse se fortalecer em demasia e pôr em risco a existência de Israel. Como afirma o historiador israelense Avi Shlaim, “Nasser era percebido por Ben-Gurion como um Saladino moderno, como um líder capaz de unificar o mundo árabe e conduzi-lo em batalha contra seus inimigos”<sup>11</sup>. O Primeiro Ministro enxergava Nasser como um inimigo poderoso e que tinha como meta fundamental destruir o

8 SCALERCIO, Márcio. *op. cit.*, p. 124.

9 SHLAIM, Avi, *op. cit.*, p. 157-8; NEFF, Donald. *Warriors at Suez: Eisenhower takes America into the Middle East in 1956*. Brattleboro: Amana Books, 1988, p. 56.

10 SHLAIM, Avi. *op. cit.*, p. 196.

11 *Ibidem*, p. 182.

---

---

Estado de Israel. Ainda segundo Shlaim: “Ben-Gurion desenvolveu uma obsessão pessoal por Nasser e concluiu que sua supressão era uma questão vital de interesse nacional”<sup>12</sup>.

Diante de todas as severas ações israelenses, a proximidade entre Egito e Israel e uma possível negociação de paz se tornavam cada vez mais improváveis. Por fim, Nasser rompeu as conversações e se tornou inimigo convicto de Israel. O líder egípcio passou a apoiar as incursões de guerrilheiros palestinos que atacavam alvos no território israelense e foi mais além: criou uma unidade militar composta exclusivamente por soldados palestinos, a 8ª Divisão do Exército, sediada na Faixa de Gaza<sup>13</sup>. A hostilidade entre Israel e Egito estava consolidada. Ambos deram início à preparação para o combate que mais cedo ou mais tarde viria.

## Nasser e o processo de descolonização

Nasser não limitava seu espaço de atuação ao Oriente Médio e Israel não era seu único inimigo declarado. O líder egípcio entendia que seu programa de desenvolvimento necessitava de uma verdadeira independência frente aos britânicos, que até 1954 ocupavam uma área no entorno do Canal de Suez. Da mesma forma, ele entendia que toda a região englobando o Oriente Médio e o Norte da África deveria expurgar as potências colonialistas e serem verdadeiramente independentes. Sua ideologia pan-arabista o fazia se manifestar e agir efetivamente para unir as nações árabes contra seus inimigos imediatos.

Por outro lado, Nasser não aventava alinhar-se aos Estados Unidos ou tornar-se um satélite soviético, pois pensava que seria algo prejudicial à sua política interna e aos seus projetos de modernização. Por isso, manifestou neutralidade na Guerra Fria e juntou-se ao Movimento dos Países Não-Alinhados. A política externa do Egito sob Nasser tinha dois objetivos principais: combater Israel e lutar contra as potências colonialistas.

Nasser estava plenamente inserido nos conflitos de descolonização de seu tempo, em que os impérios coloniais começaram a ser demolidos na África e na Ásia. A Grã-Bretanha e a França não conseguiram conter as ondas nacionalistas que tinham como alvos centrais seus domínios territoriais nesses continentes. Por conta disso, sendo considerados importantes sob vários aspectos, o Oriente Médio e o Norte da África eram regiões vitais para os interesses franco-britânicos nesse período. Diante desse contexto, o Egito de Nasser tornou-se problemático para os governos da França e da Grã-Bretanha.

Para a Grã-Bretanha, o Egito estava no centro da estratégia internacional do pós-guerra. A história dos britânicos no Egito remonta ao século XIX. Embora formalmente parte do decadente Império Turco-Otomano, na segunda metade do século XIX o Egito era autônomo de fato e, na prática, o *quediva* (administrador local otomano) era o rei egípcio. Suas ligações com as potências europeias eram bastante estreitas. Foram as relações próximas do rei egípcio com a França que tornaram possível a construção do Canal de Suez pelo francês Fernand de Lesseps, em 1869. Porém, endividado com os gastos exorbitantes da obra, o monarca recorreu aos britânicos. Em 1881, a Grã-Bretanha assumiu a Companhia do Canal de Suez, a administradora da passagem marítima, e, em 1882, estabeleceu o controle direto do Egito por meio do “Protetorado do Egito e do Sudão”<sup>14</sup>. Em 1914, o Egito foi declarado formalmente independente

---

12 *Ibidem*, p. 182.

13 *Ibidem*, p. 127.

14 SCALERCIO, Márcio. *op. cit.*, p. 107.

dos turcos e mantido sob mandato britânico; em 1922, a Grã-Bretanha deu independência ao país, mas o manteve sob ocupação militar<sup>15</sup>; e em 1936, foi assinado o Tratado Anglo-Egípcio, segundo o qual os britânicos retirariam suas tropas do Egito, mas manteriam um contingente na área em torno do Canal de Suez, a “Zona do Canal”<sup>16</sup>. Era contra essa presença incômoda que Nasser lutava.

O processo de saída formal do Egito seguia uma estratégia britânica para lidar com sua nova posição na política internacional. Desde antes do processo de descolonização, Londres adotou uma postura pragmática em relação às demandas de autonomia egípcias, o que continuou em relação aos movimentos de independência em outras regiões após 1945. Com exceção de áreas consideradas vitais para a manutenção imperial, a principal meta dos britânicos era manter um controle econômico, de modo a proteger seus interesses, mas permitir a independência formal das áreas dominadas<sup>17</sup>.

Com isso, ao fim da Segunda Grande Guerra, os britânicos fincaram sua posição no arco Oriente Médio/Golfo Pérsico por meio de dois eixos: a aliança com monarquias conservadoras (especialmente a Jordânia, o Iraque e pequenos Estados no Golfo) e a manutenção de tropas na Zona do Canal de Suez.

Como parte da estratégia de fortalecer os laços com governantes árabes aliados, a Grã-Bretanha buscou fazer uso da aliança regional conhecida como Pacto de Bagdá<sup>18</sup>. Inicialmente um acordo entre os países da região para conter o avanço comunista, o Pacto de Bagdá rapidamente contou com o apoio da Grã-Bretanha, que passou a exercer influência significativa sobre ele. Além disso, a Grã-Bretanha aprofundou os laços com a monarquia Hachemita da Jordânia, que não se juntou ao Pacto de Bagdá devido a uma aguda pressão interna.

Por outro lado, o Canal de Suez era importantíssimo para a manutenção do poder imperial da Grã-Bretanha. Com efeito, para os britânicos, o Egito era uma área estratégica, sob o ponto de vista político, militar e econômico. Na década de 1950, com o processo de descolonização em estágio adiantado, a base militar britânica ao longo do Canal de Suez era um dos últimos bastiões do império, guarnecido por cerca de 80 mil soldados<sup>18</sup>.

Nasser tornou-se rapidamente um obstáculo às pretensões britânicas na região. Na verdade, desde 1946 havia conversações entre o governo egípcio e os britânicos a respeito do tratado de 1936. Ao assumirem o comando do país, em 1952, os Oficiais Livres foram ainda mais contundentes nas negociações, já que um item presente em seu programa de governo pós-revolucionário era “eliminar o colonialismo”<sup>19</sup>. Para o governo britânico, a saída de Suez seria algo extremamente danoso, não só por questões geopolíticas, mas também porque um influente grupo de Congressistas conservadores, chamado o “Grupo de Suez”, fazia uma contundente oposição à retirada<sup>20</sup>, o que criava um problema de política interna para o governo do Conservador Anthony Eden (1955-1957).

Além disso, Nasser procurou por todos os meios minar o Pacto de Bagdá, percebendo-o como um instrumento da Grã-Bretanha para manter seu domínio no Oriente Médio. Londres enxergou tal política como uma grave ameaça à sua influência na região. Aliás, Nasser, como um líder de um movimento nacionalista, era popular entre grandes parcelas das sociedades

15 HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 417.

16 *Ibidem*, p. 434.

17 *Ibidem*, p. 433.

18 KISSINGER, Henry. Diplomacia. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1997, p. 624.

19 SCALERCIO, Márcio, *op. cit.*, p.113.

20 NEFF, Donald. *op. cit.*, p. 55.



---

---

árabes. Os britânicos, evidentemente, temiam a disseminação da ideologia nasserista pelo Oriente Médio. Sobretudo, a Grã-Bretanha temia que Nasser fomentasse movimentos nacionalistas na tentativa de derrubar os governos aliados. Um evento, em especial, parecia confirmar esses temores. Em março de 1956, o Rei Hussein da Jordânia demitiu o britânico *Sir John Bagot Glubb* (o "Paxá Glubb"), comandante da Legião Árabe. Os políticos britânicos imediatamente interpretaram a demissão de Glubb como o aumento da influência de Nasser na política da Jordânia, o que poderia se espalhar para outros aliados britânicos na região<sup>21</sup>.

Nasser, na verdade, seguia a linha ideológica dos Oficiais Livres, que acusavam um bloco político formado por Israel, as potências colonialistas e os regimes árabes pró-Occidente. Militares e intelectuais egípcios defensores do anticolonialismo acusavam Israel de ser a ponta-de-lança colonialista ocidental, em conluio com a Grã-Bretanha e a França. Também não poupavam os governos árabes com ligações estreitas com os britânicos, especialmente o Rei Hussein, da Jordânia. Os Oficiais Livres eram claros quanto aos seus inimigos: "suas palavras de ordem associavam numa mesma condenação o sionismo, o imperialismo e os regimes 'corrompidos e cúmplices'"<sup>22</sup>.

Portanto, ao se opor ao Pacto de Bagdá, ao fomentar movimentos nacionalistas em países pró-Occidente e ao insistir na retirada da Zona do Canal, Nasser ameaçava os pilares da presença britânica no Oriente Médio e tornou-se aos olhos britânicos um líder extremamente incômodo.

Os franceses eram ainda mais hostis a Nasser. Ao contrário da Grã-Bretanha, a França insistia em manter um controle político formal sobre suas colônias. No entanto, desde o início da década de 1950, as dificuldades para a manutenção de seu império ficavam cada vez mais acentuadas. Movimentos antifranceses eclodiram na Ásia e no Norte da África. Em 1954, após uma guerra sangrenta, os franceses foram expulsos da Indochina, o que revestia a Argélia e o Marrocos de uma importância ainda maior. Havia uma diferença básica, ademais, entre os tipos de colonização britânica e francesa. Paris incorporou a Argélia ao Estado, tornando-o um Departamento Metropolitano, e mantinha uma grande quantidade de cidadãos franceses (um milhão em 1950<sup>23</sup>) em território argelino, que possuíam uma série de privilégios. Por isso, a Argélia era uma questão extremamente sensível para os franceses.

Sob o ponto de vista do governo francês, comandado pelo Primeiro Ministro Guy Mollet (1956-1957), Nasser era um inimigo a ser batido. Com sua retórica anticolonialista e pan-arabista, o líder egípcio fomentava a luta argelina e marroquina. O governo de Paris acusava Nasser de fornecer armas para a Frente de Libertação Nacional da Argélia, acusação que nunca pôde ser confirmada. Porém, o apoio moral foi inegável. Em um dos seus discursos, em 1955, Nasser manifestou todo seu apoio aos argelinos: "Jamais podemos afirmar que a batalha da Argélia não é nossa batalha"<sup>24</sup>.

Economicamente, um Egito nacionalista e afastado do Occidente representava o pior dos cenários tanto para britânicos como para franceses. Como já mencionado, o Canal de Suez era a passagem do petróleo do Oriente Médio e do Golfo Pérsico, uma via que tornava significativamente barato o valor final do produto, o que garantiu o crescimento econômico europeu do pós-guerra. Enquanto os britânicos permanecessem na Zona do Canal, o fluxo do

---

21 CITINO, Nathan. *From Arab Nationalism to OPEC: Eisenhower, King Sa'ud, and the making of U.S.-Saudi relations*. Bloomington: Indiana University Press, 2002, p. 95.

22 MASSOULIÉ, François. *op. cit.*, p. 73.

23 KISSINGER, Henry. *op. cit.*, p. 629.

24 *Apud* KISSINGER, Henry. *op. cit.*, p. 629.

petróleo estava garantido. Porém, diante da imensa pressão do governo egípcio (e também dos Estados Unidos), os britânicos assinaram, em 1954, um acordo segundo o qual as tropas seriam retiradas da Zona do Canal, pondo fim a setenta anos de presença britânica na região<sup>25</sup>.

Em suma, Nasser afrontou as potências européias, estimulando movimentos de independência nas possessões coloniais francesas e nas áreas sob domínio informal britânico, provocando reações em Londres e Paris, que se esforçavam por se manter no primeiro escalão da política internacional. Por outro lado, os ocupantes do poder em Israel o viam como um risco à sobrevivência do Estado judeu. Portanto, estavam reunidos todos os elementos que possibilitaram a aliança franco-britânica-israelense que atacou o Egito em outubro de 1956.

A operação foi planejada de forma que se configurasse, de início, uma luta entre Israel e Egito. O acordo entre a coalizão previa que Israel invadiria o Egito alegando ser uma resposta a ataques de militantes palestinos saídos da Faixa de Gaza (administrada pelo Egito desde 1949). Os egípcios prontamente agiriam em defesa de seu território. A esses combates se seguiriam advertências contra os beligerantes vindas de Paris e Londres, que exigiriam que as tropas de ambos os países mantivessem uma distância de 100 milhas do Canal de Suez. Israel aceitaria a advertência. Como se sabia que os egípcios não recuariam, haveria uma intervenção da Grã-Bretanha e da França para resguardar a segurança do Canal.

Quando a operação militar ocorreu, a coalizão obteve uma sonora vitória militar. Contudo, politicamente, a coalizão teve de lidar com um conflito que excedia as contendas regionais e os projetos europeus de manutenção imperial: a Guerra Fria.

## A Guerra Fria no Oriente Médio

A bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética nesse período era um conflito internacional extremamente poderoso, definidor de estratégias localizadas para as duas superpotências e que restringia a liberdade de ação de outros atores no cenário internacional. Tal configuração de poder influenciou, talvez como em nenhum outro evento, o desfecho da Crise de Suez.

Deve-se ressaltar que a Guerra Fria não foi uma ordem mundial simples como pode aparentar a um primeiro olhar. Com efeito, ao observar a situação política da Europa na década de 1950, podemos pensar em um ordenamento geopolítico relativamente simples. As alianças europeias no interior dos dois blocos já haviam sido definidas, por meio de articulações políticas externas, entre as potências mais poderosas, e internas, relacionadas à política local nos países aliados. Externamente, as conferências entre Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética (os "Três Grandes"), ocorridas na década de 1940, fixaram as fronteiras das áreas de influência ocidental e comunista. Internamente, essa divisão foi garantida por meio da expulsão da cena política dos representantes do bloco adversário. Após a época conturbada no final da década de 1940, as áreas de influência encontravam-se bem delineadas em meados dos anos 1950. Com isso, embora a Europa estivesse no centro das divergências que levaram à emergência da Guerra Fria, as técnicas diplomáticas fizeram gradativamente o continente europeu menos sujeito à guerra.

---

25 HOURANI, Albert. *op. cit.*, p. 474.

---

---

A partir de então, estabilizada a Europa, a localização dos confrontos armados migrou para outros pontos do globo. Contudo, nem sempre com resultados esperados pelas superpotências. Os atores políticos locais muitas vezes eram instáveis e não guiados por convicções ideológicas, mais preocupados com seu status na dinâmica regional. Por isso, não era possível prever com clareza os alinhamentos a serem construídos nas áreas periféricas. Um Estado poderia se aproximar de um dos lados para depois recorrer ao outro. Tal característica se mostrou verdadeira em vários pontos do globo, inclusive no Oriente Médio.

A política norte-americana para o Oriente Médio, desde o fim da Segunda Grande Guerra, esteve articulada às preocupações maiores no contexto da Guerra Fria. Ao buscar construir um obstáculo à expansão soviética por meio da “Política de Contenção”, diplomatas e militares norte-americanos viam que a proximidade com os países árabes do Oriente Médio era algo de extrema importância. Com efeito, a Doutrina Truman, expressa em março de 1947 pelo Presidente Harry Truman (1945-1953), dizia que os Estados Unidos agiriam em todos os pontos do globo onde a ameaça de expansão comunista fosse detectada. Diante disso, o Oriente Médio também foi espaço para a atuação norte-americana, uma região onde, diante da instabilidade política, era necessário agir para conter uma eventual expansão soviética.

No caso específico do Egito, os Estados Unidos reconheciam a importância estratégica do país no contexto da Guerra Fria. À medida que ficavam patentes as divergências entre Estados Unidos e União Soviética na política internacional, com a probabilidade de uma guerra convencional entre ambos, o Presidente Truman e os estrategistas norte-americanos já pensavam no Egito como uma base para ataques ao território soviético<sup>26</sup>.

A política externa de Dwight Eisenhower (1953-1961), em alguns aspectos, foi diferente da de seu antecessor. O chamado “*New Look*” da política externa norte-americana sob o governo Republicano determinava, dentre outras medidas, não apenas a contenção da União Soviética, mas também a ajuda aos povos “submetidos” ao “jugo comunista” e o encorajamento ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. A política externa norte-americana deveria auxiliar os movimentos nacionalistas ao redor do globo para evitar que se alinhassem à União Soviética. Alguns historiadores consideram que não se tratava de uma política radicalmente distinta da praticada por Truman. Para eles, o “*New Look*” de Eisenhower era, na verdade, uma “contenção reforçada”<sup>27</sup>.

Condizente com as considerações globais, essa estratégia foi aplicada à política norte-americana no Oriente Médio, no que ficou conhecido como “Doutrina Eisenhower”. Segundo essa diretriz, o governo norte-americano deveria pressionar governos nacionalistas radicais a suavizarem sua conduta, caso do Egito, e buscar fortalecer os governos conservadores, atraindo-os para a órbita ocidental, especialmente as monarquias saudita, jordaniana e iraquiana. E foi esse projeto que determinou as visões de Eisenhower durante a Crise de Suez<sup>28</sup>.

Na verdade, até 1956, o conflito árabe-israelense não era caracterizado por um típico alinhamento da Guerra Fria. Não havia um confronto entre grupos pró-Occidente e pró-comunistas. Tratava-se de um conflito regional, próprio à dinâmica do Oriente Médio. Contudo, como ocorreu em outras áreas do mundo, aos poucos esse conflito se articulou à dinâmica da Guerra Fria, pois os atores locais recorreram às superpotências para receberem armas e/ou

26 HAHN, Peter. *op. cit.*, p. 89-91.

27 BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (direção). *História do século XX, vol. 2, 1945-1973: o mundo entre a guerra e a paz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007, p. 265.

28 INSAF, Atmani. *The Suez Crisis, 1956: American attitudes and policies*. 2008. 168f. Dissertação (Mestrado em Língua Inglesa) – Faculty of Letters and Languages, Mentoury University of Constantine, Constantine, Argélia, 2008.

apoio político. Por outro lado, Estados Unidos e União Soviética se imiscuíram nessas batalhas por questões estratégicas e/ou ideológicas.

No início da década de 1950, a dinâmica da Guerra Fria foi posta em movimento no Oriente Médio. Alguns estudiosos afirmam que isso ocorreu por conta da radicalização de Nasser, com a consequente aproximação entre Egito e União Soviética<sup>29</sup>. Contudo, o primeiro passo foi dado pelos Estados Unidos, pois os norte-americanos possuíam ambiciosos projetos de participação política no Oriente Médio.

Alguns analistas afirmam que até o final da Segunda Guerra os norte-americanos não possuíam grandes pretensões no Oriente Médio. Porém, com um olhar mais atento, percebemos que os norte-americanos já estavam presentes na região desde o fim da Primeira Grande Guerra. Nesse período, o Oriente Médio já mostrara seu grande potencial de produção petrolífera, o que revestia a região de significativa importância para os objetivos econômicos norte-americanos, já que o preço do petróleo era extremamente reduzido.

Tal percepção se acentuou durante a Segunda Grande Guerra. Além de atender à demanda interna norte-americana, no ritmo frenético da produção industrial voltada para a guerra, o petróleo dos países do Oriente Médio foi crucial para fazer movimentar a máquina de guerra dos Aliados. Além disso, por ocupar uma localização privilegiada, a região foi incluída na estratégia militar dos Estados Unidos, principalmente por meio da construção de importantes bases norte-americanas.

Por fim, no pós-Segunda Guerra os Estados Unidos tornaram-se, efetivamente, um ator relevante no Oriente Médio. Em 1947, estavam envolvidos na região em vários negócios – em empreendimentos de extração e transporte de petróleo, em investimentos em infra-estrutura e no fornecimento de assessoria militar. O principal aliado dos Estados Unidos na região era a Arábia Saudita. Na monarquia liderada pelo rei Abdel Aziz Ibn Saud, os norte-americanos participavam da construção e da manutenção de estradas, operavam a base aérea de Dhahran e forneciam treinamento militar às tropas locais. Até então vista como o principal ator regional, a Arábia Saudita se mostrou um parceiro ideal na luta contra a União Soviética no Oriente Médio.

Porém, com o fortalecimento de outros atores regionais, Washington precisou buscar aproximação com outros governos árabes. Com o início da Guerra Fria, os Estados Unidos tentaram incorporar o Egito, assim como o Iraque, à luta antissoviética. Em 1951, com o intuito de criar laços militares com os egípcios, o governo Truman buscou criar o Comando do Oriente Médio (*Middle East Command* – MEC), com o objetivo de elaborar um bloco antissoviético na região. O Comando incluiria oficiais militares egípcios e o Quartel-General seria no Cairo. Após a Revolução dos Oficiais Livres, a proposta norte-americana continuou em vigor. Porém, Nasser viu a formação do Comando como um risco à soberania do Egito<sup>30</sup>.

Na verdade, Nasser não queria se comprometer em demasia com qualquer um dos lados na Guerra Fria. Por isso, suas ações diplomáticas não eram rígidas e ele não desejava ser pressionado a descartar opções. O líder egípcio praticava uma diplomacia pendular entre as duas superpotências, ao mesmo tempo em que declarava sua participação no Movimento dos Países Não-Alinhados.

29 FELDBERG, Samuel. Estados Unidos da América e Israel: uma aliança em questão. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 20.

30 HAHN, Peter. *op. cit.*, p. 93.

---

---

Certamente, Nasser via interessantes oportunidades em sua aproximação com os Estados Unidos. Tanto que inicialmente, as relações entre os dois países eram bastante amistosas<sup>31</sup>. Como seu principal objetivo político era a independência frente aos britânicos, Nasser não descartava uma aproximação com os norte-americanos, que, por conta de seus objetivos antissoviéticos, em diversas ocasiões defendiam o fim do colonialismo europeu. Economicamente, a proximidade com os Estados Unidos também poderia ser proveitosa. Preocupado em deslanchar um plano desenvolvimentista, Nasser chegou a buscar auxílio econômico dos Estados Unidos, especialmente para a construção da represa de Assuã, um dos pontos principais de seu projeto de modernização.

Por sua vez, a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio era extremamente delicada. Em relação aos conflitos de interesse entre Nasser e seus aliados ocidentais, os norte-americanos procuraram se desvincular das políticas colonialistas franco-britânicas, pois enxergavam a política internacional sob o prisma da Guerra Fria. Enquanto a França e a Grã-Bretanha se aliaram a Israel, desejando derrubar ou pelo menos humilhar Nasser, a fim de abalar sua liderança no mundo árabe, os Estados Unidos procuravam atrair o Egito para a órbita norte-americana, para evitar que se aliasse à União Soviética.

No entanto, como um dos principais líderes do Movimento dos Países Não-Alinhados, Nasser se negava a ter de escolher uma das superpotências como aliada. Embora buscasse investimentos norte-americanos, Nasser se recusava a se curvar aos desígnios de Washington, assim como se recusava a ceder espaço privilegiado para os soviéticos (isso foi alterado após a Guerra de Suez, quando o Egito priorizou então a aliança com os soviéticos).

Porém, embora inicialmente Nasser se desvinculasse da União Soviética, para o governo norte-americano o discurso da neutralidade significava que Nasser estaria mais propenso a se voltar para Moscou<sup>32</sup>. O caráter anticolonialista do líder egípcio o fazia mais inclinado a se aproximar dos soviéticos, pois, afinal, a França e a Grã-Bretanha eram aliadas de primeira linha dos Estados Unidos e suas políticas externas eram alinhadas, especialmente como membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Além disso, para um líder com ideologia desenvolvimentista, o processo de modernização da União Soviética era visto como modelo por Nasser. Contudo, isso, de modo algum, significava afinidade ideológica. Os primeiros contatos do Egito com a União Soviética seguiram procedimentos puramente pragmáticos. Além de contar com um aliado em potencial, poderia jogar com as divergências entre as grandes potências e aguardar algum benefício para seu projeto desenvolvimentista. Desse modo, o líder egípcio não estava preocupado com questões doutrinárias ou com uma ação internacionalista para efetivar um controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Tanto que, quando foi implantado, o “socialismo árabe” foi orientado, principalmente, por uma tentativa de copiar o processo de industrialização soviético conduzido pelo Estado<sup>33</sup>.

O jogo diplomático de Nasser entre as duas superpotências não durou muito. Uma sequência de ações do líder egípcio o afastou dos Estados Unidos. A principal delas foi o reconhecimento da China Comunista (República Popular da China) como poder legítimo, em detrimento de Taiwan, que era apoiada pela França, pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos. Além disso, a retórica anti-israelense e a recusa de Nasser em baixar o tom contra Israel irritavam o governo norte-americano. Assim, gradativamente os Estados Unidos se afastaram

31 NEFF, Donald. *op. cit.*, p. 55.

32 HAHN, Peter. *op. cit.*, p. 95.

33 SCALERCIO, Márcio, *op. cit.*, pp.115-6.

de Nasser. E essa aversão tomou forma política concreta. Em 1955, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha lançaram a “Operação Ômega”, que possuía o intuito inicial de reduzir a influência do Egito no mundo árabe e de isolar Nasser. Se possível, derrubá-lo do poder. Seguindo outra linha de atuação, a ação anglo-americana no Oriente Médio adotava esforços políticos para impedir que a Arábia Saudita (adversária ferrenha da Grã-Bretanha no período) enviasse ajuda econômica para Nasser empreender seu projeto antibritânico<sup>34</sup>.

No processo de deterioração das relações, dois acontecimentos fizeram o Egito pender definitivamente para os soviéticos: a recusa do governo norte-americano em fornecer auxílio financeiro para a construção da represa de Assuã e os ataques constantes de Israel à Faixa de Gaza. Em resposta à negativa de Washington ao financiamento da construção da represa, Nasser nacionalizou a Companhia do Canal de Suez, argumentando que as receitas advindas da Companhia seriam mobilizadas para o projeto<sup>35</sup>. Além disso, o líder egípcio se aproximou definitivamente da União Soviética em busca de armamento. Para fazer frente ao Exército israelense, o Egito começou a receber, em 1955, armas soviéticas através da Tchecoslováquia. A aliança entre Moscou e Cairo estava estabelecida.

Contudo, não obstante a importância dessas articulações políticas, o contexto da Guerra Fria se fez sentir de maneira mais contundente no desfecho da guerra de 1956. Não podemos entender a maneira como se encerrou o confronto armado se não observarmos as diferenças de concepção entre norte-americanos, de um lado, e franceses e britânicos, de outro, em relação à Crise de Suez.

Por um lado, franceses e britânicos queriam utilizar a força para persuadir Nasser a abandonar sua postura anticolonial, já que buscavam resguardar seus interesses coloniais imediatos. Por outro, os Estados Unidos pensavam pelo prisma da Guerra Fria, isto é, investiam nos diálogos com os países árabes, pois queriam evitar que se aliassem à União Soviética. Para os norte-americanos, o colonialismo era um desserviço à causa ocidental no Oriente Médio, já que poderia ser utilizado como um instrumento poderosíssimo para que os soviéticos se apresentassem como aliados dos árabes. Para Washington, Moscou se aproveitaria da oportunidade para fincar posição no Oriente Médio e para obter acesso ao valioso estoque de petróleo da região. Tais diferenças de percepção se mostraram mais contundentes durante a Guerra de Suez.

O motivo alegado para a guerra foi a nacionalização da Companhia do Canal de Suez por Nasser. Em 23 de julho de 1956, diante de uma grande multidão em Alexandria, o líder egípcio declarou que, naquele exato momento, forças militares egípcias se dirigiam para a Zona do Canal para colocá-lo sob soberania do Egito. Apesar da decisão de Nasser ser legal – na verdade, exatamente por isso –, britânicos e franceses começaram a planejar uma intervenção militar.

Ao longo do período entre julho e outubro de 1956, as declarações dos líderes franceses, britânicos e israelenses demonstravam que poderiam recorrer às forças das armas. Em um pronunciamento, o governo francês comparou Nasser a Adolf Hitler. O sinal estava dado: para uma geração que considerava o acordo de Munique em 1938 uma vergonha, comparar algum político a Hitler, mesmo que inapropriadamente, equivalia a dizer que a guerra era questão de tempo. Para franceses e britânicos, o “apaziguamento” de Munique levava a Europa à Segunda Grande Guerra. Agora, citar Hitler era um sinal de que não seriam tolerantes<sup>36</sup>.

34 CITINO, Nathan. *op. cit.*, p. 95.

35 HAHN, Peter. *op. cit.*, p. 95.

36 KISSINGER, Henry. *op. cit.*, p. 630.

---

---

Após a guerra ter sido iniciada, em 29 de outubro, com um avanço militar israelense pela península do Sinai, seguido da intervenção franco-britânica, uma onda de desaprovação internacional emergiu. Uma ação deliberada, acertada entre as partes em um acordo secreto – o primeiro deste tipo desde os antecedentes da Primeira Grande Guerra – levou a um repúdio generalizado. A acusação de “agressão imperialista” ecoava por todo o então chamado Terceiro Mundo.

Porém, há um fato mais importante a ser destacado: a condenação partiu também do maior aliado dos países integrantes da coalizão, os Estados Unidos. Os norte-americanos não poderiam aceitar que as pretensões colonialistas franco-britânicas e as aspirações políticas israelenses criassem um risco de confronto direto com a União Soviética.

Inicialmente, apesar das declarações públicas dos franceses, Eisenhower manifestava não crer que o ataque ocorreria<sup>37</sup>. Por isso, quando começou a ficar claro que haveria uma ação militar israelense contra o Egito, o presidente expressou diretamente a David Ben-Gurion sua “preocupação” com a mobilização de tropas israelenses, que, segundo suas palavras, poderia “pôr em perigo a paz e crescente amizade entre nossos dois países”<sup>38</sup>.

Por fim, quando a invasão israelense se iniciou, Eisenhower se manifestou profundamente irritado. Ainda mais furioso ficou quando britânicos e franceses se juntaram à operação. O presidente norte-americano mencionou aos seus assessores que o ataque era um grosseiro erro estratégico, que poderia unir os árabes contra as potências ocidentais, em um momento em que os Estados Unidos buscavam dividi-los, com o expresso objetivo de isolar Nasser<sup>39</sup>.

Eisenhower sabia também que a União Soviética se manifestaria imediatamente em apoio ao Egito, o que poderia aumentar o prestígio dos soviéticos, não só no Oriente Médio, mas em todo o Terceiro Mundo. Além disso, a ação militar franco-britânica ofuscava a severa repressão soviética da revolta na Hungria<sup>40</sup>.

Assim, os Estados Unidos ficaram em um dilema: apoiar seus mais importantes aliados na Guerra Fria ou seguir a linha legalista na política internacional, se mostrando coerente com os princípios defendidos perante a comunidade internacional. Eisenhower dizia em reuniões mais restritas que os Estados Unidos não poderiam apoiar a ação da Grã-Bretanha, França e Israel porque isso significava uma quebra de um acordo internacional. Eisenhower se referia à “Declaração Tripartite”, assinada em 1950, que condenava qualquer ato militar no Oriente Médio e determinava o apoio a qualquer Estado vítima de agressão<sup>41</sup>. Curiosamente, o que serviu, em várias ocasiões, para a defesa de Israel, agora era mobilizado contra Israel.

Porém, o pior cenário previsto como efeito da Guerra de Suez era uma intervenção soviética direta, com o perigo de utilização de seus arsenais atômicos. Aliás, tal risco não deveria ser negligenciado, já que desde 1949 a União Soviética era uma potência nuclear. Assim que os combates se iniciaram, o Premier soviético Nikolai Bulganin enviou a Eisenhower uma carta em que dizia, em um tom ameaçador, que a operação da coalizão poderia levar à “terceira guerra mundial”. Sobre tudo, ele advertiu que a União Soviética poderia atacar os agressores fazendo uso de suas armas atômicas.

37 NEFF, Donald. *op. cit.*, p. 353-4.

38 *Apud* NEFF, Donald. *op. cit.*, p. 355-6.

39 *Ibidem*, p. 367.

40 Em 23 de outubro de 1956, poucos dias antes de eclodir a guerra de Suez, iniciou-se uma revolta na Hungria contra a ingerência soviética no país. Rapidamente, tanques do Exército Vermelho foram enviados para conter o levante.

41 *Ibidem*, p. 366.

Assim, condizente com a postura anunciada a Eisenhower, os soviéticos ameaçaram duramente a coalizão. Embora hoje possamos interpretar as ações do governo de Moscou como um blefe – embora um blefe muito arriscado –, o governo da União Soviética enviou mensagens para os chefes de Estado da França, da Grã-Bretanha e de Israel, ameaçando-os com o ataque de mísseis nucleares.

As correspondências continham contundentes ameaças, dando indicações de que os soviéticos, de fato, acorreriam em ajuda de seu aliado regional com todos os meios à sua disposição. Para os britânicos, os soviéticos perguntaram ironicamente como ficaria a Grã-Bretanha se fosse atacada por países que “detêm todos os tipos das mais modernas armas de destruição”. A mensagem enviada para os israelenses dizia que se Israel não pusesse fim à operação contra o Egito e continuasse a agir de “maneira criminoso e irresponsável”, isso colocaria em risco a “própria existência de Israel”<sup>42</sup>.

Isso reforçou ainda mais a pressão vinda de Washington. Eisenhower julgava inconcebível que os Estados Unidos tivessem de travar uma guerra nuclear por conta de interesses britânicos e franceses. O primeiro passo dos norte-americanos foi tentar demover a coalizão por meio da diplomacia. Quando a questão foi levada à ONU, os norte-americanos apresentaram ao Conselho de Segurança duras resoluções contra a França, a Grã-Bretanha e Israel (aliás, resoluções idênticas às apresentadas pelos soviéticos). Tais resoluções, evidentemente, foram vetadas por franceses e britânicos. Com efeito, em todas as votações, os Estados Unidos votaram da mesma forma que a União Soviética, contra a França e a Grã-Bretanha. Esta foi a única vez em que isso ocorreu durante a Guerra Fria<sup>43</sup>.

Além disso, o governo norte-americano também pressionou intensamente Israel, afirmando que a continuidade das operações militares israelenses poderia cancelar “toda a ajuda norte-americana, governamental ou privada”. Com isso, Washington mandava um claro sinal de que, além de paralisar a ajuda providenciada pelo governo, poderia criar um mecanismo para impedir a ajuda econômica que judeus norte-americanos enviavam para Israel, algo de suma importância para o orçamento do Estado judeu<sup>44</sup>.

Apesar de tentativas de resistências, a atuação política norte-americana foi irresistível. Diante da imensa pressão vinda de Washington, os agressores foram obrigados a recuar. Em 6 de novembro, Grã-Bretanha e França anunciaram que aceitariam o cessar-fogo proposto pela ONU. Dois dias depois, 8 de novembro, Israel pôs fim às operações militares e iniciou a retirada dos territórios egípcios. A Guerra Fria mostrava toda a sua força.

Algumas importantes consequências se fizeram sentir ao final da Guerra de Suez. A coalizão entre franceses, britânicos e israelenses se conscientizou de que sua liberdade de ação não era ilimitada. Os militaristas israelenses perceberam que não poderiam agir livremente, se quisessem manter o importante apoio dos Estados Unidos. Porém, apesar de ter de recuar, Israel foi o único participante da coalizão que alcançou alguma vitória: obteve a abertura do golfo de Ácaba e pôs fim às infiltrações palestinas. Mas a sua reputação internacional foi seriamente arranhada, já que a percepção de sua associação aos interesses imperialistas cresceu no mundo árabe e em outros países do Terceiro Mundo – no futuro, isso causaria grandes reveses para Israel na ONU. Já a França e a Grã-Bretanha finalmente se convenceram, de forma amarga, que passaram a ser potências de segunda categoria. Não ditavam mais os rumos da política internacional. Com isso, os Estados Unidos passaram a liderar o bloco

42 *Apud* NEFF, Donald. *op. cit.*, p. 404.

43 KISSINGER, Henry. *op. cit.*, p. 643.

44 FELDBERG, Samuel. *op. cit.*, p. 97-8.



---

---

ocidental no Oriente Médio. Dois anos mais tarde, interviriam no Líbano para pôr fim a uma guerra civil em que havia a ameaça de golpe “nasserista”.

Por outro lado, a União Soviética saiu do episódio com o prestígio elevado no Terceiro Mundo. Sobretudo, conseguiu, finalmente, fincar posição no Oriente Médio, vencendo a barreira de contenção anglo-americana. Quanto a Nasser, derrotado no campo de batalha, saiu vitorioso politicamente e com uma popularidade ainda mais disseminada, consolidando o fenômeno do “nasserismo”. Assim, a operação da coalizão, que tinha como um de seus objetivos a derrubada de Nasser e a derrota do nasserismo, provocou exatamente o efeito contrário.

## Considerações finais

Podemos perceber que a Guerra de Suez, em 1956, possuiu várias dimensões políticas. Diversos aspectos estavam em jogo em uma área do globo altamente estratégica, em especial durante a Guerra Fria. Com isso, ao adotar um olhar mais cuidadoso, percebemos que três níveis de conflito e diversos atores sobressaem, todos articulados e se influenciando mutuamente.

Devemos ter em mente essa característica do episódio para que a Crise de Suez não seja interpretada apenas como uma consequência da decisão de Nasser em nacionalizar a Companhia do Canal de Suez. Apesar de ser um evento importante, a nacionalização estava inserida em um processo histórico maior. A Crise de Suez fez parte de um conflito de interesses mais amplo, mais complexo, que não pode ser explicado por uma única decisão política.

Na verdade, a nacionalização da Companhia do Canal de Suez foi vista de forma diferente pelos membros da coalizão que atacou o Egito. Para os britânicos, foi o ápice da ousadia do governo egípcio, ou seja, Nasser havia “passado dos limites” em sua política anticolonialista; para os franceses, foi o pretexto necessário para usar a força contra um líder que ameaçava seu status de potência colonial no Norte da África; e para Israel foi o argumento ideal para unir as potências ocidentais em uma aliança militar e para apresentar Nasser como agressor.

Diante do exposto, podemos perceber ainda a diferença entre conflito político e guerra. As divergências políticas e as contendas em torno de interesses não necessariamente geram um confronto bélico. Como nos diz André Novais, “no conflito, a hostilidade não se manifesta apenas pela violência física, podendo evidenciar-se por outras formas (econômicas, psicológicas e diplomáticas)”<sup>45</sup>. Nesse sentido, a Guerra de Suez foi *uma* opção para lidar com a Crise de Suez. Especialmente em Israel, havia alternativas. Os líderes moderados israelenses, como Moshe Sharett, não eram negligentes quanto ao Egito. Também julgavam Nasser como uma ameaça, embora hoje saibamos que o líder egípcio não representava uma ameaça tão grave a Israel. De qualquer maneira, havia propostas diplomáticas entre os israelenses, uma postura política que recorreria à guerra somente em último caso.

A Guerra de Suez foi, portanto, uma concepção de como lidar com uma nova realidade política no Egito – realidade esta que se espalhava para o restante do Oriente Médio e poderia se irradiar por todo o chamado Terceiro Mundo. A tentativa de simplificar a questão recorrendo-

---

45 NOVAIS, André. Guerra. In: ENCICLOPÉDIA de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Francisco Carlos Teixeira da Silva (coordenador). [et. al.]. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004, p.387.

se a um evento específico não consegue apreender toda a complexidade do episódio. Se, por um lado, o conflito já estava delineado antes da nacionalização da Companhia do Canal de Suez, por outro, o confronto armado foi a alternativa escolhida pela coalizão para lidar com Nasser.

Assim, somente observando os três níveis de conflito, suas interligações e sobreposições, podemos ter um melhor entendimento e uma maior aproximação historiográfica com a Crise de Suez.